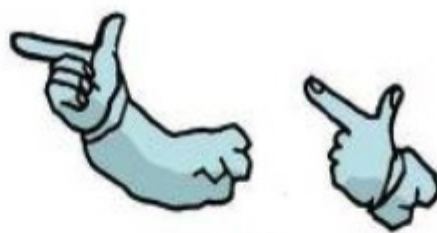




MAIS MENTIRAS



O desgaste político do Governo Bolsonaro dá sinais de que a reforma da previdência ruiu. Embates com a própria base aliada demonstram que o governo não teria maioria para encaminhar a destruição da previdência social.

Entretanto, é preciso continuar a luta contra mais este golpe, desmistificando as mentiras utilizadas para justificar a reforma. Iniciada na última edição, esta série apresenta as mentiras do Governo, informando e mobilizando os trabalhadores para a luta.



MENTIRA

NÃO HÁ ALTERNATIVA À REFORMA PARA EVITAR O ROMBO NOS COFRES DA PREVIDÊNCIA

NA VERDADE...

O GOVERNO ESCONDE QUE DEIXA DE COBRAR R\$ 427,73 BILHÕES DOS GRANDES DEVEDORES DA PREVIDÊNCIA E QUE DISTRIBUI BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA GRUPOS ECONÔMICOS PRIVILEGIADOS

MENTIRA

SEM A REFORMA O PAÍS VAI QUEBRAR

NA VERDADE...

O MINISTÉRIO DA FAZENDA REVELOU QUE O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DEIXOU DE ARRECADAR R\$ 57,7 BILHÕES COM ISENÇÕES E RENÚNCIAS FISCAIS. EM 10 ANOS ESSAS RENÚNCIAS SUPERARÃO A ECONOMIA PRETENDIDA COM A REFORMA NO MESMO PERÍODO

AFINAL, O QUE QUER A EDP NA CELESC?

Sindicatos participam de reunião com Conselheiro representante da EDP

Desde que a EDP Brasil aportou na Celesc, comprando as ações da Previ, os trabalhadores identificaram na empresa uma ameaça à continuidade da Celesc Pública. Ativa no setor de energia, a EDP veio com expertise e dinheiro para defender seus interesses no Conselho de Administração da Celesc. Passado um ano de seu ingresso no colegiado, o cenário da própria Celesc mudou.

A eleição de um novo grupo político no Governo do Estado e a indicação de novos diretores e acionistas majoritários mudou a lógica de trabalho, restringindo o diálogo e excluindo os celesquianos e seus representantes dos sindicatos da Intercel do debate acerca da gestão da empresa. A medida trouxe uma série de atitudes atrapalhadas, como a inércia no caso das faturas de energia e a reestruturação administrativa da Celesc, que colocará em risco o atendimento à sociedade.

Se, por um lado, o acionista majoritário fecha as portas ao debate franco com trabalhadores e sociedade, surpreendentemente, o maior acionista privado da Celesc se dispôs a conversar com os sindicatos da Intercel, apresentando sua visão para o futuro da empresa e ouvindo as posições pétreas da categoria. Através do Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, os dirigentes sindicais estiveram reunidos com Michel Itkes, representante da EDP no Conselho da Celesc e Vice-presidente de Distribuição do grupo no Brasil. Apesar de incomum, é importante ressaltar que o debate com os minoritários é importante. Para fazer a defesa da Celesc Pública e dos direitos da categoria os sindicatos da Intercel estão abertos ao diálogo com todos os agentes que atuam na empresa. Em um momento onde existe dificuldade de diálogo com a empresa e com o Governo, os sindicatos buscarão todos os caminhos para consolidar o lema dos celesquianos: Celesc Pública, bom para todo mundo!

Com uma breve apresentação da empresa, Michel deixou claro que a oportunidade de comprar ações da Celesc foi avaliada pela EDP pelo potencial da Celesc e do próprio estado de Santa Catarina. O conselheiro foi franco em dizer que a aquisição das ações feita até agora já rendeu ganhos



para a EDP e que já manifestou ao Governo do Estado o interesse em comprar a Celesc em um possível processo de privatização. Entretanto, Michel afirmou que este não é o foco da EDP, mas sim contribuir com a gestão da Celesc para continuar lucrando. Os dirigentes sindicais manifestaram ao conselheiro os pontos intransponíveis da categoria: a manutenção da Celesc Pública e o respeito aos direitos dos trabalhadores. Mais do que reafirmar posturas antigas, a reunião serviu para apresentar a representação sindical como uma entidade propositiva, que busca retomar o espaço de debate da gestão da empresa, fechado pela nova administração. Neste sentido, os sindicatos reafirmaram que decisões de grande impacto para a sociedade - e para os próprios acionistas - não devem ser tomadas pela administração sem o debate amplo. Os sindicalistas fizeram um alerta sobre a reestruturação e a postura centralizadora do presidente, que pode trazer prejuízos para todos: trabalhadores, acionistas e, principalmente, a sociedade.

Além disso, a fala do conselheiro da EDP evidencia o potencial da Celesc, enquanto empresa pública, em impulsionar o desenvolvimento do Estado e, ainda, render lucros aos seus acionistas. Por isso, qualquer projeto que prejudique o atendimento à sociedade, ameace a imagem da empresa e abra as portas para a privatização é um projeto contra o próprio Estado de Santa Catarina.

CELESC

GOVERNO REAFIRMA CELESC PÚBLICA, MAS REESTRUTURAÇÃO É PORTA PARA PRIVATIZAÇÃO

Apoio à projeto de reestruturação põe em risco caráter público da empresa

Na última quinta-feira, dia 21 de março, o presidente da Celesc, Cleício Poleto Martins, anunciou em entrevista coletiva na sede da empresa, uma série de investimentos no Estado. Apesar de ser um avanço diante da postura anterior, ainda é muito pouco para quem afirmou que sua gestão seria baseada no diálogo.

Ao apresentar investimentos, Cleício se esqueceu de dar crédito aos trabalhadores da empresa, que garan-

tiram o financiamento do BID através de mobilizações e manifestações na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, organizadas pelos sindicatos da Intercel. Estes recursos são fundamentais impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado. Presente na coletiva, o Governador do Estado reafirmou a intenção de manter a Celesc Pública. A fala do Governador contrasta, no entanto, com o plano de reestruturação administrativa da

empresa. Decidido a portas fechadas e sem debate com o povo, o planejamento apresenta riscos no atendimento à sociedade, tirando autonomia das Agências e abrindo as portas para a privatização.

Os sindicatos da Intercel aguardam a confirmação da data da realização de audiência pública sobre o tema, reforçando a luta em defesa da Celesc Pública e do bom serviço prestado à sociedade.

GOLPE

O PLANO É SUFOCAR AS ENTIDADES SINDICAIS

Ataque à sustentação financeira é mais um golpe contra trabalhadores

O golpe sempre foi contra os trabalhadores. Nada do que aconteceu no Brasil nos últimos anos tem a ver com ideologias políticas ou partidárias. É o dinheiro que move a destruição de direitos trabalhistas e sociais neste novo Brasil. Desde o golpe de 2016, passando pela destruição da Consolidação das Leis do Trabalho e o fim da previdência social, o objetivo é dar espaço para que o dinheiro produza mais dinheiro para quem já tem muito dinheiro.

Avançando cada vez mais no golpe, a única instância de proteção dos trabalhadores agora é alvo da asfixia que a caneta do presidente pode promover. Através de Medidas Provisórias e Decretos, Bolsonaro e sua gangue atacam os sindicatos, impondo barreiras para a manutenção financeira das entidades sindicais. Tentando impedir o desconto das filiações sindicais em folha de pagamento, Bolsonaro não só deixa clara a intenção de acabar com a salvaguarda dos trabalhadores, mas também se apoia em medidas absolutamente inconstitucionais para dar cabo de seu plano. Várias entidades já manifestaram que as medidas não encontram amparo legal, mas mesmo assim elas são mantidas e têm seus defensores. Assim como todo golpe, ele é pensado pelas elites, mas tem apoio entre os golpeados. O opressor não seria tão forte se não tivesse

cúmplices entre seus próprios oprimidos, diria Simone de Beauvoir.

No caso do ataque aos sindicatos, os cúmplices de Bolsonaro têm sido os administradores de empresas, que apoiam a medida inconstitucional, inclusive descumprindo Acordos Coletivos de Trabalho que preveem o desconto em folha. Se o próprio ACT, que depois da reforma trabalhista teria "protagonismo maior do que a legislação" está sendo ignorado, é porque o golpe nunca se preocupou em seguir leis ou regras.

O fato de maior pesar é que muitos dos cúmplices são, inclusive, empregados, que não percebem seu papel neste golpe. Alienados pelo poder ou pela ambição, se apegam ao cargo, esquecendo-se que, para o dinheiro, também são dispensáveis. E que, a hora que não servirem mais ao "deus mercado", é à entidade sindical a qual ajudam a sufocar que buscarão apoio.

Estrangular as entidades sindicais, impedindo sua sustentação financeira e impondo dificuldades à representação e defesa dos trabalhadores é a última cartada da informalidade pretendida. Não é à toa que o presidente tem dito que este deve ser o caminho das relações trabalhistas no Brasil!

ELETROSUL

INTERSUL ENTREGA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO ACT 2019 À ELETROSUL

Pauta específica dos trabalhadores da Eletrosul foi aprovada em Plenária

Os sindicatos que compõem a Intersul, estiveram reunidos com o Diretor Administrativo da Eletrosul, juntamente com a Assessoria de Relações Sindicais, no dia 25/03/2019 na sede da Empresa, para oficialmente entregar a Pauta Específica de Reivindicações dos Trabalhadores da Eletrosul, aprovada no último dia 15/03 por ocasião da Plenária da Intersul, que reuniu cerca de 80 delegados de base indicados pelas assembleias em todas as áreas da empresa. A pauta foi recebida pelo

DA – Jaime de Souza, que acatou sugestão dos Sindicatos da Intersul para dar início ao processo de negociação com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho Específico já na semana seguinte. A data da primeira rodada de negociações da pauta específica foi agendada para dia 03/04/2019. As reuniões de negociação da pauta nacional dos eletricitários, por sua vez, estão previstas para início em 10/04/2019, em Brasília – DF, entre a Eletrobras e o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE).

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
 Conselho Editorial: Wanderlei Lenartowicz
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 | E-mail: sindsc@terra.com.br
 As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

ELETROSUL

TRABALHADORES ELEGEM DEUNÉZIO JR PARA CONSELHO DA ELETROSUL

Linha Viva entrevistou conselheiro eleito pelos trabalhadores

Os trabalhadores da Eletrosul elegeram na última semana o empregado Deunézio Cornelian Júnior para representá-los no Conselho de Administração da Empresa. Com 493 votos no segundo turno, Deunézio terá um cenário bastante complexo pela frente, com ameaças de privatização e ataques aos trabalhadores.

A equipe do Linha Viva conversou com o conselheiro eleito, questionando sua visão do momento atual e a importância de uma representação efetiva dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa.



ENTREVISTA

LV - COMO VOCÊ ENXERGA O ATUAL MOMENTO DA ELETROSUL?

DEUNÉZIO JÚNIOR - A Eletrosul passa por um momento muito delicado ou mesmo caótico, em grande parte forjado pelo governo Temer e continuado pelo atual. Além do fantasma da privatização que vem assombrando as empresas Eletrobras, temos uma questão mais urgente que merece nossa atenção: a injustificada incorporação da Eletrosul pela CGTEE. Esta tomada de decisão que impacta sobremaneira a vida da Eletrosul e de seus empregados(as), me parece descabida na forma que vem sendo apresentada. Há outras saídas para a unificação entre as duas empresas, mas que não estão sendo colocadas à mesa para discussão. A hipotética utilização dos créditos tributários existentes para a CGTEE, não pode ser o mote principal para esta decisão precipitada. Podemos incorrer numa penalidade por evasão fiscal e as duas empresas saírem prejudicadas. Também gostaríamos de ter a garantia de que após a reforma da termelétrica Candiota III, ela funcionará com capacidade ótima e proporcionará uma receita adequada. Por que não esperar para termos certeza de que isso acontecerá? Outro assunto que nos preocupa muito é a perda de receita em consequência da Revisão Tarifária. Esperamos que seja obtido êxito nas condições propostas junto a ANEEL para diluir em maior prazo a perda de receita. Nestes termos, vejo e entendo que temos que lutar para manter a Eletrosul viva, saudável e que possam ser tomadas decisões que contemplem possibilidades de voltar a investir em novos negócios.

LV - NESTE CONTEXTO, QUAL O PAPEL DO REPRESENTANTE DOS EMPREGADOS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA?

DJ - O papel de um conselheiro numa empresa pública, sendo ele indicado pelo acionista ou eleito pelos empregados(as), é de respeitar e defender o interesse público, o interesse do cidadão. Aqui então se faz necessário ter a capacidade de interpretar qual seja o interesse público aplicado ao microcosmo Eletrosul. No contexto já desenhado, entendo ser de interesse público manter o bem público (energia) seguro e pertencente ao Estado e para isto a Eletrosul não pode e não deve ser privatizada. Todo empenho do conselheiro eleito será aplicado para manutenção da Eletrosul pública. Embora a decisão seja governamental, articulações com parlamentares e entidades representativas dos trabalhadores(as), por exemplo, fazem parte do papel do conselheiro, na busca de preservar o interesse público. Situação semelhante se aplica à incorporação da Eletrosul pela CGTEE. O conselheiro deve, além de defender o interesse público, apontar os riscos a que se sujeita a Empresa e consequentemente seus empregados(as). O papel do conselheiro é complexo e vasto, vai para além de colaborar nas diretrizes do negócio e fiscalizar os atos da Diretoria. Compreende um contínuo processo de tomadas de decisões a partir de análises profundas de riscos para manter a sustentabilidade da Empresa e de tudo e todos(as) que fazem parte dela ou que pertencem a sua cadeia de valores. O conselheiro deve ser, ao mesmo tempo, um questionador, um provocador e um propositos permanente sobre todos os assuntos afetos ao Conselho, principalmente aqueles que atingem direta ou indiretamente a vida de seus representados. Vale lembrar que, embora as decisões sejam pessoais, elas devem ser embasadas no compartilhamento de informações entre o conselheiro e os demais empregados(as) e precisa do apoio de todos(as) para serem dados os melhores encaminhamentos.

“HEIN?!”



Bolsonaro determina comemoração pela passagem de 55 anos do regime militar de 1964, pois não concorda que tenha sido um golpe militar.

No entanto o contexto daquele regime de governo foi marcado pelo fechamento do congresso nacional pelo AI-5, cassação de direitos de quem ousava não concordar com eles, perseguição de quem consideravam de esquerda, tortura de presos políticos, assassinato de diversos presos que resistiam ao regime e censura contumaz à imprensa.

Porquê???

Podemos supor de querer provocar opositores e voltar a promoção do ódio que o elegeu. Bajular militares elevando as intenções ideológicas

"Podemos supor de querer provocar opositores e voltar a promoção do ódio que o elegeu. Bajular militares elevando as intenções ideológicas e suavizando tudo o que praticaram"

e suavizando tudo o que praticaram. Dissimular seu próprio julgamento nas forças armadas que, devido a problemas "mentais", o considerou inapto para o serviço.

Sustentar um possível revés de seu desastroso governo, se fortalecendo com muitos generais no primeiro escalão. Visto que opositores ganham espaços diante de suas desastrosas manifestações. De possíveis aliados que vem se revelando não tão fiéis quanto gostaria. Como também da fraca repercussão de suas viagens e demonstrações, notadamente de submissão aos eua.

Na realidade se revela mais uma escabrosa atuação de reduzida inteligência e alta necessidade em satisfazer seu umbigo sujo.

Por Arno Veiga Cugnier, ex-representante dos empregados no Conselho de Administração e trabalhador aposentado da Celesc
